



**PARA ENTENDER
O PLANO NACIONAL
DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E
RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS
AMBIENTAIS COM PRODUTOS
QUÍMICOS PERIGOSOS - P2R2**

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Governador: Eduardo Henrique Accioly Campos

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE – SECTMA
Secretário: Anderson Gomes

SECRETARIA EXECUTIVA DE MEIO AMBIENTE
Secretário: Helvio Polito Lopes Filho

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - CPRH
Diretor Presidente: Hélio Gurgel Cavalcanti

DIRETORIA DE CONTROLE DE FONTES POLUIDORAS
Diretor: Waldecy Ferreira Farias Filho

DIRETORIA DE RECURSOS FLORESTAIS E BIODIVERSIDADE
Diretora: Maria Vileide Lins

DIRETORIA DE GESTÃO TERRITORIAL E RECURSOS HÍDRICOS
Diretor: Nelson José Maricevich Ramirez

DIRETORIA TÉCNICA AMBIENTAL
Diretor: Aloysio Costa Júnior

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CPRH

Rua Santana, 367, Casa Forte – Recife - PE – CEP: 52.060-460

Telefone: (81) 3182-8800 - Fax: (81) 3441-6088

www.cprh.pe.gov.br

cprhacs@cprh.pe.gov.br

Ouvidoria Ambiental: (81) 3182-8923 - ouvidoriaambiental@cprh.pe.gov.br

**PARA ENTENDER
O PLANO NACIONAL
DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E
RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS
AMBIENTAIS COM PRODUTOS
QUÍMICOS PERIGOSOS - P2R2**

CPRH Agência
Estadual de
Meio Ambiente

Recife, dezembro de 2010

Textos

Francicleide Palhano de Oliveira - *Jornalista/CPRH*

Contribuições Técnicas

Lidiane Silva do Espírito Santo Nunes

Coordenadora do Projeto Mapeamento das Áreas de Risco de Acidentes Ambientais com Produtos Químicos Perigosos na Região Metropolitana do Recife com ênfase no Complexo Industrial e Portuário de Suape – PE

Lígia Albuquerque de Alcântara - *Engenheira Cartógrafa/CPRH*

Josicleide Rodrigues de Souza - *Técnica em Edificações/CPRH*

Vilalba Soares de Mendonça - *Bióloga/CPRH*

Ideana Machado Teixeira de Souza - *Tecnóloga em Gestão Ambiental/CPRH*

Revisão

Luciana Falcão - *Jornalista*

Produção Executiva

Núcleo de Comunicação Social e Educação Ambiental

Capa, ilustrações e projeto gráfico

Clã Comunicação (81) 3443-7021

IMPRESSO NO BRASIL

O48p OLIVEIRA, Francicleide Palhano de.

Para entender o plano nacional de prevenção, preparação e resposta rápida a emergências ambientais com produtos químicos perigosos p2r2.

Recife : CPRH, 2010. 22p

1. Produto Perigo
 2. Produto Químico.
 3. Emergência Ambiental
 4. Plano de Ação
 5. Agência Estadual de Meio Ambiente.
- 5 .Área de Risco. I Autor II. Título

Direitos desta edição reservados à CPRH

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE – CPRH

Rua Santana, 367, Casa Forte – Recife - PE – CEP: 52.060-460

Telefone: (81) 3182-8800 - Fax: (81) 3441-6088

www.cprh.pe.gov.br

cprhacs@cprh.pe.gov.br

Ouidoria Ambiental: (81) 3182-8923 - ouvidoriaambiental@cprh.pe.gov.br

APRESENTAÇÃO

O Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Acidentes Ambientais com Produtos Químicos Perigosos (P2R2) surgiu da constatação de uma deficiência no atendimento a acidentes com produtos químicos perigosos. Da deficiência à eficiência, muitos passos precisam ser dados. O processo já foi iniciado, com a criação do P2R2. Mais um foi implementado, pelo Governo de Pernambuco, com a assinatura do Decreto 35.604/10, o qual criou a Comissão Estadual do P2R2, em Pernambuco.

A Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) assume a responsabilidade de coordenar a Comissão Estadual do P2R2. Para obtermos resultados positivos, é necessário que todos os envolvidos na temática, sejam as organizações governamentais nas suas diferentes esferas, sejam as empresas e organizações não-governamentais e representantes da sociedade civil, assumam o papel de protagonistas do processo. Juntos, envolvidos e comprometidos, faremos o Plano dar certo.

Neste sentido, enfatizamos que o compartilhamento horizontal e vertical das responsabilidades proporcionará um tratamento mais eficaz das questões inerentes a acidentes ambientais com produtos químicos perigosos. O aperfeiçoamento do processo de prevenção, preparação e resposta rápida a emergências ambientais com produtos perigosos no nosso Estado, repercutirá na melhoria da qualidade ambiental e, conseqüentemente, numa maior qualidade de vida para a população.

HÉLIO GURGEL CAVALCANTI
Diretor-Presidente



O PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS COM PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS - P2R2

A preocupação do Governo Federal com o aumento da produção, manipulação e circulação de produtos químicos perigosos (importação e exportação), atividades que representam riscos ao meio ambiente, levou à criação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos - P2R2, criado por força do Decreto Federal 5.098, de 3 de junho de 2004.

Esse Plano, de abrangência nacional, tem como objetivo prevenir a ocorrência de acidentes com produtos químicos perigosos e aprimorar o sistema de preparação e resposta a emergências químicas no País.

O P2R2 foi concebido no âmbito do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e criado para ser viabilizado através de ações, atividades e projetos formulados e executados de forma participativa e integrada pelos governos federal, distrital, estaduais e municipais e pela sociedade civil.

O Plano foi criado para evitar acidentes como o que aconteceu, em março de 2003, em Cataguazes, município de Minas Gerais: o rompimento de uma barragem de resíduos contendo substâncias perigosas contaminou os rios Pomba e Paraíba do Sul. Várias cidades da região tiveram o fornecimento de água temporariamente suspenso. Percebeu-se, com o fato, a deficiência na estrutura de atendimento a esse tipo de emergência.

O ACIDENTE EM CATAGUAZES PROVOCOU

Mortandade de peixes

Desabastecimento d'água em 6 cidades fluminenses

Mais de 600.000 pessoas ficaram sem água por 2 semanas

PREVENIR É SEMPRE MELHOR QUE REMEDIAR

Prevenção e Correção são palavras norteadoras para o planejamento das ações organizacionais e operacionais do Plano.

Na prática, os verbos **PREVENIR** e **CORRIGIR** significam:

PREVENIR – coibir, inibir e/ou desmotivar práticas que levem à ocorrência de acidentes envolvendo produtos químicos perigosos, por meio da implantação de sistemas, programas, ações, procedimentos e iniciativas preventivas que visam atingir o desempenho planejado, no âmbito nacional e estadual.

CORRIGIR – preparar, capacitar, integrar e otimizar os sistemas de atendimento de emergência com produtos químicos perigosos, dos órgãos públicos e privados, de forma a responder rápida e eficazmente aos acidentes envolvendo produtos químicos perigosos, por meio da implantação de sistemas, programas, ações, procedimentos e iniciativas de preparação e resposta (Plano de Ação de Emergência - PAE) dos órgãos públicos e privados, responsáveis pelo atendimento destas ocorrências, de forma integrada, otimizando os recursos materiais e humanos disponíveis em âmbito municipal, estadual e federal.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DO P2R2

O Plano foi elaborado com base em princípios para orientar os responsáveis por atividades humanas que possam representar um risco potencial de impacto causado por produtos químicos perigosos. Os princípios orientadores do P2R2 são reconhecidos como princípios gerais do direito ambiental brasileiro. São eles:

Princípio da informação
Princípio da participação
Princípio da prevenção
Princípio da precaução
Princípio da reparação
Princípio do poluidor-pagador

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DO P2R2

O P2R2 deve ser operacionalizado de forma descentralizada, contemplando:

- planejamento preventivo;
- atendimento aos aspectos legais e organizacionais pertinentes;
- criação e operação de estrutura organizacional adequada;
- estímulo e adoção de soluções integradoras dos órgãos envolvidos;
- definição das responsabilidades respectivas do poder público e dos setores privados em casos de acidentes;
- disponibilização de sistemas de informações integrados;
- otimização de recursos humanos e financeiros;
- monitoramento do desempenho do Plano.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO P2R2

O Plano está estruturado em Comissões: a Nacional e as Estaduais.

Competências da **Comissão Nacional (CN-P2R2)**:

- articular e propor parcerias com órgãos envolvidos;
- estimular o aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão do P2R2;
- proceder à análise de acidentes em conjunto com outras entidades, quando julgar necessário;
- promover o desenvolvimento, implantação, atualização, padronização e acesso ao sistema de informações do P2R2 e apoiar os Estados, o DF e os Municípios;
- divulgar e disseminar informações relativas ao P2R2;
- mobilizar os recursos humanos e financeiros de suporte ao P2R2;
- incentivar a criação de Comissões Estaduais (CE) e Distrital (CD) e colaborar com elas na implementação do P2R2;
- apoiar as CE-P2R2, CD-P2R2 e entidades municipais, na ocorrência de acidentes de maior gravidade.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL

(DE ACORDO COM O DECRETO FEDERAL 5.098 DE 3 DE JUNHO DE 2004)

Um representante de cada Ministério a seguir indicado:

- a) do Meio Ambiente, que a coordenará;
- b) da Integração Nacional;
- c) da Saúde;
- d) de Minas e Energia;
- e) do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- f) do Trabalho e Emprego;
- g) dos Transportes e
- h) da Justiça;

Cinco representantes de cada instituição a seguir indicada:

- a) Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Meio Ambiente - ABEMA;
- b) Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA;

Dois representantes de organizações não-governamentais e do setor privado.

PROPOSTA DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ESTADUAL

***(DE ACORDO COM O DECRETO ESTADUAL 35.605
DE 21 DE SETEMBRO DE 2010)***

- Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH (coordenadora da Comissão);
- Secretaria Especial da Casa Militar, por meio da Coordenadoria da Defesa Civil de Pernambuco;
- Secretaria Estadual de Saúde, por meio da Vigilância em Saúde Ambiental;
- Secretaria da Defesa Social, por meio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Pernambuco;
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
- Universidade Federal de Pernambuco – UFPE;
- Capitania dos Portos;
- Polícia Rodoviária Federal;
- Universidade de Pernambuco – UPE;
- Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT;
- Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE;
- Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE;
- Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO.

Podem ser convidadas a compor a Comissão Estadual do P2R2, em caráter provisório, outras entidades que se julgar necessárias ao atendimento de situação específica.

Podem ser criadas Subcomissões Regionais e/ou Municipais, de acordo com as necessidades locais.

INSTRUMENTOS DO PLANO

- Mapeamento de Áreas de Risco de Acidentes com Produtos Químicos - tem como objetivo identificar, caracterizar e mapear empreendimentos e atividades relacionadas a produtos químicos perigosos e áreas propensas à ocorrência de acidentes;
- Sistema de Informações P2R2 - disponibilizar informações confiáveis, atualizadas e integradoras de distintos atores e temas;
- Recursos Financeiros - prover recursos nacionais e internacionais para implantação e manutenção do P2R2;
- Plano de Ação de Emergência (PAE) - Sistemas organizados para atender os acidentes com produtos químicos.

MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO

Um dos principais fatores para o planejamento, formulação e execução de medidas a serem implementadas no P2R2 é o conhecimento prévio de empreendimentos e atividades relacionados a produtos químicos perigosos, bem como sobre as áreas mais propensas à ocorrência de acidentes.

Com esse entendimento, o Governo Federal, por meio do Ministério de Meio Ambiente, estimulou o mapeamento de áreas e/ou atividades que, efetiva ou potencialmente, apresentem risco de ocorrência de acidente de contaminação ambiental, decorrente de atividades que envolvam produtos químicos perigosos. Trata-se de um importante instrumento de gestão do P2R2.

O Grupo de Trabalho Mapeamento de Áreas de Risco, instituído através da Portaria 393/03 do Ministério do Meio Ambiente, formulou uma metodologia e padronizou critérios para que o trabalho de Mapeamento fosse realizado numa abordagem por Estado.

A estratégia utilizada para o mapeamento de áreas de risco propõe a identificação e caracterização destas áreas, a partir de levantamento de dados e avaliação das relações entre atividades potencialmente impactantes, sítios frágeis ou vulneráveis, histórico de ocorrência de acidentes ambientais e unidades de respostas existentes.

O produto resultante do mapeamento deverá ser apresentado no formato georreferenciado, abrangendo todo o território nacional, dentro de uma abordagem por Estado e considerando as bacias hidrográficas, a partir de critérios previamente padronizados.

MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO NO ESTADO DE PERNAMBUCO

No Estado de Pernambuco, faz-se necessário o conhecimento, através de estudo técnico sistemático, das áreas mais propensas à ocorrência de acidentes de contaminação ambiental envolvendo produtos químicos perigosos. Esse estudo é especialmente necessário na Região Metropolitana do Recife – RMR, onde se concentra o maior número de empreendimentos industriais. A possibilidade de crescimento de circulação e estocagem de produtos perigosos nessa região é motivada pelo desenvolvimento acelerado do Complexo Industrial e Portuário de Suape com a implantação do Estaleiro Atlântico Sul e as instalações futuras da Refinaria Abreu e Lima - dentre outras empresas que poderão ser instaladas em função dessas duas maiores.

O estudo que leve à identificação, caracterização, mapeamento e hierarquização das áreas/atividades de risco ambiental permitirá à CPRH uma atuação mais estratégica, no que se refere ao controle das atividades que envolvam produtos químicos perigosos. É uma forma de atuar proativamente, por meio do monitoramento, licenciamento e fiscalização ambiental das atividades efetiva ou potencialmente impactantes.





Neste sentido, o Governo do Estado de Pernambuco, através da Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, firmou convênio (MMA/SMCQ/CPRH nº 440031572006700001) com o Ministério do Meio Ambiente, mediante a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, para realizar o projeto Mapeamento das Áreas de Risco de Acidentes Ambientais com Produtos Químicos Perigosos na Região Metropolitana do Recife, com ênfase no Complexo Industrial e Portuário de Suape.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO

O mapeamento, inicialmente, abrangerá os 14 municípios que formam a Região Metropolitana do Recife: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata. Nesses municípios, será feita a identificação, caracterização, mapeamento e hierarquização das áreas de risco de ocorrência de contaminação ambiental. Após essa etapa, o mapeamento abrangerá outras regiões do Estado.

METODOLOGIA DO PROJETO

O mapeamento das áreas/atividades que, efetiva ou potencialmente, apresentam risco de ocorrência de acidente de contaminação ambiental, decorrente de atividades que envolvam produtos químicos perigosos, identificará as áreas de risco ambiental e caracterizará essas áreas a partir de levantamento de dados e avaliação de relações entre os seguintes planos de informações:

- atividades potencialmente impactantes;
- áreas contaminadas e passivos ambientais;
- sítios frágeis ou vulneráveis;
- histórico de ocorrência de acidentes ambientais e
- unidades de resposta.

O levantamento de dados e informações necessárias à consecução de cada plano de informação será realizado por meio de cadastros, registros, bases de dados da CPRH e de outras instituições que detenham as informações pertinentes, conforme formulários constantes no ANEXO. Dentre outras informações, serão contempladas as coordenadas de cada registro, de modo a possibilitar o seu georreferenciamento em uma base cartográfica que possua dados fisiográficos (hidrografia, acidentes geográficos, rodovias, núcleos urbanos, unidades de conservação, oleodutos, gasodutos) e os limites das Unidades da Federação e das bacias hidrográficas.

PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA – PAE

Independentemente das ações preventivas, acidentes com produtos químicos podem acontecer. Por essa razão, o poder público deve dispor de sistemas organizados para atender esses episódios. As estratégias de ação e combate empregadas durante o atendimento a acidentes com produtos químicos podem variar de acordo com o produto envolvido, o porte do evento e o local da ocorrência.

Assim sendo, as ações de combate deverão ser objeto de trabalhos que resultem em um Plano de Ação de Emergência – PAE, que deve reunir diretrizes, padrões e requisitos mínimos de planejamento e procedimentos técnico-administrativos direcionados para a obtenção dos resultados desejados.

Neste contexto e conforme modelo organizacional do P2R2, a Comissão Nacional, por meio do seu Grupo de Apoio a Emergências, fomentará as Comissões Estaduais do Plano para que elaborem e implantem o PAE – Plano de Ação de Emergência, de acordo com os riscos identificados nas suas áreas de interesse e/ou abrangência do plano.

Os PAEs deverão ser planejados e implantados, no âmbito da CE-P2R2, pelo Grupo de Trabalho denominado “Núcleo de PAE”. Entre outros, deverão incorporar em seu planejamento sistemas organizados de atendimento à ocorrência com produtos químicos, já existentes em sua área de interesse e/ou abrangência do plano, como Planos de Auxílio Mútuo – PAMs, Planos de Emergência Individuais – PEIs e Planos de Área – PAs.

FORMULÁRIOS: FERRAMENTAS DO PROJETO DE MAPEAMENTO

Com base na metodologia desenvolvida pelo GT Mapeamento de Áreas de Riscos do Ministério do Meio Ambiente – MMA, por meio de seu Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos – P2R2, foram desenvolvidos os formulários que serão apresentados nas próximas páginas. Esses formulários serão instrumentos para o levantamento de dados e informações necessárias ao mapeamento das áreas/atividades que apresentam risco de acidente com produtos químicos na Região Metropolitana do Recife – PE.

A junção das informações coletadas, tanto com base no conteúdo dos formulários, como através da coleta de dados de campo, viabilizará a geração de um banco de dados. Com essas informações, será elaborado um mapa georreferenciado das áreas de risco de acidentes com produtos químicos perigosos, no qual constará o grau de perigo oferecido em determinada região.

Como produtos desse Projeto, serão gerados mapas temáticos para os planos de informação: Sítios Frágeis e Vulneráveis, Áreas Contaminadas ou Passivos Ambientais, Histórico de Ocorrência de Acidentes, Unidade de Resposta e Atividades Potencialmente Impactantes.

ANEXOS

O **Formulário 1a** é destinado às empresas que realizam o transporte de produtos químicos ou operações de transbordo de cargas, como ocorre em portos, aeroportos e terminais. Aplica-se, portanto, às empresas de transporte propriamente ditas. Seu preenchimento tornará possível conhecer de forma detalhada os produtos químicos transportados e as principais vias utilizadas.

O **Formulário 1b** é direcionado aos administradores de sistemas lineares, como rodovias, ferrovias, hidrovias, aerovias e dutovias (dutos, gasodutos e minerodutos).

O **Formulário 2** se aplica a indústrias e empresas que manipulam produtos químicos e que não foram contempladas nos Formulários 1a e 1b.

O **Formulário 3** trata dos sítios frágeis/vulneráveis a acidentes com produtos químicos.

O **Formulário 4** se aplica às áreas contaminadas e aos passivos ambientais identificados pela CPRH na área de interesse no Projeto. Entendem-se como áreas contaminadas aquelas onde há comprovação de poluição ou contaminação provocada pela presença de quaisquer substâncias ou resíduos e que determinam impactos negativos sobre os bens a proteger. Os passivos ambientais referem-se aos danos decorrentes da contaminação do solo, das águas superficiais ou subterrâneas, de instalações e edificações, oriundos de determinada atividade já encerrada.

O **Formulário 5** é aplicado ao histórico de ocorrência de acidentes com produtos químicos, levando em consideração não somente o ponto de vista ambiental, como também a saúde humana.

Por fim, o **Formulário 6** é reservado às unidades de resposta dos órgãos públicos e privados que atuam nos acidentes com produtos químicos ocorridos na área de interesse do Projeto.

REFERÊNCIAS

MMA (2007) Ministério do Meio Ambiente. PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA RÁPIDA A EMERGÊNCIAS AMBIENTAIS COM PRODUTOS QUÍMICOS PERIGOSOS - P2R2. Brasília, 2007.

MMA (2003). Perfil Nacional da Gestão de Substâncias Químicas. Brasília, 2003.

MMA (2002). Ministério do Meio Ambiente. GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA NO BRASIL. UM COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Brasília, julho de 2002.

Formulário 1a. Atividades Potencialmente Impactantes - Fontes Móveis

Empresas de transporte rodoviário, ferroviário, fluvial ou transbordo (portos, aeroportos, terminais)

| Bloco 1. DADOS GERAIS | | | |
|---|--|--|-------------------------|
| 1. UNIDADE FEDERATIVA | | | |
| 2. MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO | | | |
| 3. BACIA HIDROGRÁFICA | | | |
| 4. RAZÃO SOCIAL | | | |
| 5. INSCRIÇÃO ESTADUAL | | 6. CNPJ | |
| 7. ENDEREÇO | | | |
| LOGRADOURO | | NÚMERO | |
| BAIRRO OU DISTRITO | | CEP | |
| Bloco 2. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE POTENCIALMENTE IMPACTANTE | | | |
| 8. ATIVIDADE | | 9. CÓDIGO | 10. FONTE DO CÓDIGO |
| | | | () CNAE/2.0 |
| 11. TIPO | | 12. VIA / ESTAÇÃO DE REFERÊNCIA | |
| () Transporte () Transbordo | | | |
| 13. MODALIDADE DE TRANSPORTE | | | |
| 14. NÚMERO DE VEÍCULOS, EMBARCAÇÕES, etc. | | 15. OUTROS DADOS QUANTITATIVOS | |
| | | | |
| Bloco 3. POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR E PORTE | | | |
| 16. POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR <i>(Instrução Normativa CPRH 0.8/06 ou 0.9/06)</i> | | () Pequeno () Médio () Grande | |
| 17. PORTE <i>(Decreto Estadual N° 28.787/05)</i> | | () Pequeno () Médio () Grande | |
| Bloco 4. CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS TRANSPORTADOS | | | |
| 18. NOME DO PRODUTO | | 19. NÚMERO ONU | |
| | | | |
| 20. QUANTIDADE ATUAL (por ano) | | 21. UNIDADE | |
| | | | |
| 22. FABRICANTE / FORNECEDOR | | 23. FORMA DE TRANSPORTE | |
| | | | |
| Bloco 5. CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS | | | |
| 24. NOME DO RESÍDUO | | 25. CÓDIGO DO RESÍDUO | |
| | | | |
| 26. CLASSE DO RESÍDUO () Perigoso / Classe I () Não Inerte / Classe II-A () Inerte / Classe II-B | | | |
| 27. QUANTIDADE ATUAL (por ano) | | 28. UNIDADE | |
| | | | |
| 29. FORMA DE DISPOSIÇÃO | | | |
| 30. LOCAL | | 31. LOCALIZAÇÃO | |
| () ex-situ () in-situ | | Latitude (GG:MM:SS) | Longitude (GG:MM:SS) |
| | | | |
| Bloco 6. ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL | | | |
| 32. HÁ ESTRUTURA DE CONTENÇÃO? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 33. HÁ SIST. DE MONITORAMENTO? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 34. HÁ PLANO DE EMERGÊNCIA? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 35. HÁ CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 36. HÁ CERTIFICAÇÃO SASSMAQ? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 37. SITUAÇÃO DO LICENC. AMBIENTAL | | () Licenciado: () Licença Prévia () Licença de Instalação () Licença de Operação () Não Licenciado | |
| Bloco 7. OBSERVAÇÕES GERAIS | | | |
| 38. FONTE DE INFORMAÇÕES | | | |
| 39. OUTRAS OBSERVAÇÕES | | | |
| | | | |

Formulário 1b. Atividades Potencialmente Impactantes - Fontes Móveis
Sistemas de Transporte Lineares (rodovias, ferrovias, hidrovias e dutovias)

| Bloco 1. DADOS GERAIS | | | |
|--|------------|---|---------------------|
| 1. UNIDADE FEDERATIVA | | | |
| 2. MUNICÍPIO DA SEDE ADMINISTRATIVA | | | |
| 3. MUNICÍPIOS ATRAVESSADOS PELA VIA | | | |
| 4. BACIA HIDROGRÁFICA | | | |
| 5. RAZÃO SOCIAL | | | |
| 6. INSCRIÇÃO ESTADUAL | | 7. CNPJ | |
| 8. ENDEREÇO | | | |
| LOGRADOURO | | NÚMERO | |
| BAIRRO OU DISTRITO | | CEP | |
| Bloco 2. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE POTENCIALMENTE IMPACTANTE | | | |
| 9. ATIVIDADE | | 10. CÓDIGO | 11. FONTE DO CÓDIGO |
| | | | () CNAE/2.0 |
| 12. MODALIDADE DE TRANSPORTE | | | |
| | | | |
| 13. Localização de início do trecho crítico | | 14. Localização de término do trecho crítico | |
| Latitude | Longitude | Latitude | Longitude |
| (GG-MM:SS) | (GG-MM:SS) | (GG-MM:SS) | (GG-MM:SS) |
| | | | |
| 15. EXTENSÃO | | | |
| 16. FLUXO DE PRODUTOS PERIGOSOS OU VAZÃO DE BOMBEAMENTO | | | |
| | | | |
| 17. OUTROS DADOS QUANTITATIVOS | | | |
| | | | |
| Bloco 3. POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR E PORTE | | | |
| 18. POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR (<i>Instrução Normativa CPRH 0.8/06 ou 0.9/06</i>) | | () Pequeno () Médio () Grande | |
| 19. PORTE (<i>Decreto Estadual N° 28.787/05</i>) | | () Pequeno () Médio () Grande | |
| Bloco 4. CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS MAIS FREQUENTES | | | |
| 20. NOME DO PRODUTO | | 21. NÚMERO ONU | |
| | | | |
| 22. FABRICANTE/ FORNECEDOR | | 23. FORMA DE TRANSPORTE | |
| | | | |
| Bloco 5. CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS | | | |
| 24. NOME DO RESÍDUO | | 25. CÓDIGO DO RESÍDUO | |
| | | | |
| 26. CLASSE DO RESÍDUO | | () Perigoso / Classe I () Não Inerte / Classe II-A () Inerte / Classe II-B | |
| | | | |
| 27. QUANTIDADE ATUAL (por ano) | | 28. UNIDADE | |
| | | | |
| 29. FORMA DE DISPOSIÇÃO | | | |
| | | | |
| 30. LOCAL () ex-situ () in-situ | | 31. LOCALIZAÇÃO | |
| | | Latitude | Longitude |
| | | (GG:MM:SS) | (GG:MM:SS) |
| | | | |
| Bloco 6. ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL | | | |
| 32. HÁ ESTRUTURA DE CONTENÇÃO? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 33. HÁ SIST. DE MONITORAMENTO? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 34. HÁ PLANO DE EMERGÊNCIA? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 35. HÁ CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 36. SITUAÇÃO DO LICENC. AMBIENTAL | | () Licenciado: () Licença Prévia | |
| | | () Licença de Instalação | |
| | | () Licença de Operação | |
| | | () Não Licenciado | |
| Bloco 7. OBSERVAÇÕES GERAIS | | | |
| 37. FONTE DE INFORMAÇÕES | | | |
| 38. OUTRAS OBSERVAÇÕES | | | |
| | | | |

Formulário 2. Atividades Potencialmente Impactantes - Fontes Fixas

| Bloco 1. DADOS GERAIS | | | |
|--|--|--|-------------------------------------|
| 1. UNIDADE FEDERATIVA | | | |
| 2. MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO | | | |
| 3. BACIA HIDROGRÁFICA | | | |
| 4. RAZÃO SOCIAL | | | |
| 5. INSCRIÇÃO ESTADUAL | | 6. CNPJ | |
| 7. ENDEREÇO | | | |
| LOGRADOURO | | NÚMERO | |
| BAIRRO OU DISTRITO | | CEP | |
| Bloco 2. CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE POTENCIALMENTE IMPACTANTE | | | |
| 8. ATIVIDADE | | 9. CÓDIGO | 10. FONTE DO CÓDIGO () CNAE/2.0 |
| 11. ÁREA ÚTIL OCUPADA (hectare) | | 12. NÚMERO DE EMPREGADOS | 13. OUTROS |
| 14. LOCALIZAÇÃO | | 15. OUTROS DADOS QUANTITATIVOS | |
| Latitude (GG:MM:SS) | | Longitude (GG:MM:SS) | |
| Bloco 3. POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR E PORTE | | | |
| 16. POTENCIAL POLUIDOR/DEGRADADOR (<i>Instrução Normativa CPRH 0.8/06 ou 0.9/06</i>) | | () Pequeno () Médio () Grande | |
| 17. PORTE (<i>Decreto Estadual N° 28.787/05</i>) | | () Pequeno () Médio () Grande | |
| Bloco 4. CARACTERIZAÇÃO DOS PRODUTOS QUÍMICOS | | | |
| Bloco 4.1 MATÉRIAS-PRIMAS E INSUMOS | | | |
| 18. NOME DO PRODUTO | | 19. NÚMERO ONU | |
| 20. QUANTIDADE ATUAL (por ano) | | 21. UNIDADE | |
| 22. FABRICANTE / FORNECEDOR | | 23. FORMA DE ARMAZENAMENTO | |
| Bloco 4.2 PRODUÇÃO ANUAL | | | |
| 24. NOME DO PRODUTO | | 25. NÚMERO ONU | |
| 26. QUANTIDADE ATUAL (por ano) | | 27. UNIDADE | |
| 28. FORMA DE ARMAZENAMENTO | | | |
| Bloco 5. CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS GERADOS | | | |
| 29. NOME DO RESÍDUO | | 30. CÓDIGO | |
| 31. CLASSE DO RESÍDUO | | () Perigoso / Classe I () Não Inerte / Classe II-A () Inerte / Classe II-B | |
| 32. QUANTIDADE ATUAL (por ano) | | 33. UNIDADE | |
| 34. FORMA DE DISPOSIÇÃO | | | |
| 35. LOCAL | | 36. LOCALIZAÇÃO | |
| () ex-situ () in-situ | | Latitude (GG:MM:SS) | |
| | | Longitude (GG:MM:SS) | |
| Bloco 6. ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL | | | |
| 37. HÁ ESTRUTURA DE CONTENÇÃO? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 38. HÁ SIST. DE MONITORAMENTO? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 39. HÁ PLANO DE EMERGÊNCIA? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 40. HÁ CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE? | | () Sim / Especificar: () Não | |
| 41. SITUAÇÃO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL | | () Licenciado: () Licença Prévia () Licença de Instalação () Licença de Operação () Não Licenciado | |
| Bloco 7. OBSERVAÇÕES GERAIS | | | |
| 42. FONTE DE INFORMAÇÕES | | | |
| 43. OUTRAS OBSERVAÇÕES | | | |

Formulário 3. Sítios Frágeis / Vulneráveis

| Bloco 1. DADOS GERAIS | | | | |
|---|-------------------------|--|---|--------------------|
| 1. UNIDADE FEDERATIVA | | | | |
| 2. MUNICÍPIO(S) DE LOCALIZAÇÃO | | | | |
| 3. BACIA HIDROGRÁFICA | | | | |
| 4. CÓDIGO | | | | |
| 5. TIPOLOGIA | | | | |
| 6. NOME | | | | |
| Bloco 2. CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO FRÁGIL / VULNERÁVEL | | | | |
| Bloco 2.1 ASSENTAMENTO HUMANO | | | | |
| 7. LOCALIZAÇÃO (coord. geográficas) | | 8. POPULAÇÃO | 9. MEIO | 10. ÁREA (hectare) |
| Latitude (GG:MM:SS) | Longitude (GG:MM:SS) | | | |
| | | () Urbano () Rural | | |
| Bloco 2.2 ÁREA LEGALMENTE PROTEGIDA | | | | |
| 11. LOCALIZAÇÃO (coord. geográficas) | | 12. ESFERA | 13. ÁREA (hectare) | |
| Latitude (GG:MM:SS) | Longitude (GG:MM:SS) | | | |
| | | () Municipal () Estadual () Federal | | |
| 14. TIPO | | | | |
| 15. FINALIDADE | | | | |
| 16. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS | | | | |
| Bloco 2.3 ÁREA DE RECARGA DE AQUIFERO | | | | |
| 17. LOCALIZAÇÃO (coord. geográficas) | | 18. DOMÍNIO DO AQUIFERO | 19. SITUAÇÃO DA ÁREA EM RELAÇÃO A ATIVIDADES ANTRÓPICAS | 20. ÁREA (hectare) |
| Latitude (GG:MM:SS) | Longitude (GG:MM:SS) | | | |
| | | () Protegida () vulnerável | | |
| Bloco 2.4 RECURSO HÍDRICO REPRESENTATIVO | | | | |
| 21. NOME | | | | |
| 22. LOCALIZAÇÃO DE INÍCIO DO RECURSO | | 23. LOCALIZAÇÃO FINAL DO RECURSO | | |
| Latitude (GG:MM:SS) | Longitude (GG:MM:SS) | Latitude (GG:MM:SS) | Longitude (GG:MM:SS) | |
| | | | | |
| 24. CLASSIFICAÇÃO | | 25. SENTIDO | 26. SUB-BACIA | |
| Bloco 2.5 CAPTAÇÃO | | | | |
| 27. FONTE | | () Superficial () Subterrânea | | |
| 28. DOMINIALIDADE | | () Estadual () Federal | | |
| 29. LOCALIZAÇÃO (coord. geográficas) | | 30. MEIO | | |
| Latitude (GG:MM:SS) | Longitude (GG:MM:SS) | | | |
| | | () Urbano () Rural | | |
| 31. POPULAÇÃO ABASTECIDA | 32. CURSO D'ÁGUA | 33. VAZÃO DO CURSO D'ÁGUA (L/s) | 34. VAZÃO DE CAPTAÇÃO (L/s) | |
| | | | | |
| Bloco 2.6 OUTROS | | | | |
| 35. LOCALIZAÇÃO (coord. geográficas) | | 36. ÁREA (hectare) | | |
| Latitude (GG:MM:SS) | Longitude (GG:MM:SS) | | | |
| | | | | |
| 37. DESCRIÇÃO | | | | |
| Bloco 3. OBSERVAÇÕES GERAIS | | | | |
| 38. FONTE DE INFORMAÇÕES | | | | |
| 39. OUTRAS OBSERVAÇÕES | | | | |

Formulário 4. Áreas Contaminadas e Passivos Ambientais

| Bloco 1. DADOS GERAIS | | | |
|---|------------|--|------------|
| 1. UNIDADE FEDERATIVA | | | |
| 2. MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO | | | |
| 3. BACIA HIDROGRÁFICA | | | |
| 4. DENOMINAÇÃO DO LOCAL | | | |
| 5. ENDEREÇO | | | |
| LOGRADOURO | | NÚMERO | |
| BAIRRO OU DISTRITO | | CEP | |
| Bloco 2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA CONTAMINADA / PASSIVO AMBIENTAL | | | |
| 6. LOCALIZAÇÃO | | | |
| Latitude | Longitude | 7. ATIVIDADE DESENVOLVIDA | |
| (GG-MM-SS) | (GG-MM-SS) | | |
| | | 8. FONTE DE CONTAMINAÇÃO | |
| | | | |
| 9. EM ATIVIDADE | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| 10. PROPRIEDADE | | <input type="checkbox"/> Área pública <input type="checkbox"/> Área particular | |
| 11. EMPRESA RESPONSÁVEL | | | |
| Bloco 3. IMPACTOS | | | |
| 12. MEIO IMPACTADO | | Propriedade | |
| | | Dentro Fora | |
| | | Solo superficial <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| | | Solo <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| | | Águas superficiais <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| | | Águas subterrâneas <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| | | Sedimentos <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| | | Ar <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | |
| Biota <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> | | | |
| 13. ÁREA ATINGIDA/COMPROMETIDA | | | |
| 14. NOME DO CORPO HÍDRICO IMPACTADO | | | |
| 15. TIPO DE CORPO HÍDRICO IMPACTADO | | <input type="checkbox"/> Águas subterrâneas <input type="checkbox"/> Rio <input type="checkbox"/> Lago <input type="checkbox"/> Outros - Especificar: | |
| 16. UTILIZAÇÃO DA ÁGUA | | <input type="checkbox"/> Uso doméstico local <input type="checkbox"/> Captação <input type="checkbox"/> Irrigação agrícola <input type="checkbox"/> Não há uso | |
| 17. MORADORES PRÓXIMOS | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| 18. EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO LOCAL | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| 19. PROBLEMAS DE SAÚDE HUMANA | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| 20. QUEIXAS MAIS FREQUENTES | | | |
| 21. ESTUDOS AMBIENTAIS E/OU SAÚDE NO LOCAL | | <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |
| 22. INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL | | | |
| Bloco 4. CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO QUÍMICO ENVOLVIDO | | | |
| 23. NOME DO PRODUTO | | 24. NÚMERO ONU | |
| 25. QUANTIDADE ENVOLVIDA | | 26. UNIDADE | |
| 27. FABRICANTE / FORNECEDOR | | | |
| 28. FORMA DE ARMAZENAMENTO | | | |
| 29. LOCAL | | 30. LOCALIZAÇÃO | |
| | | <input type="checkbox"/> ex-situ | Latitude |
| | | <input type="checkbox"/> in-situ | (GG-MM-SS) |
| | | Longitude | (GG-MM-SS) |
| | | | |
| Bloco 5. CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS ENVOLVIDOS | | | |
| 31. NOME DO RESÍDUO | | 32. CÓDIGO DO RESÍDUO | |
| 33. CLASSE DO RESÍDUO | | <input type="checkbox"/> Perigoso / Classe I <input type="checkbox"/> Não Inerte / Classe II-A <input type="checkbox"/> Inerte / Classe II-B | |
| 34. QUANTIDADE ENVOLVIDA | | 35. UNIDADE | |
| 36. FORMA DE DISPOSIÇÃO ATUAL | | | |
| 37. LOCAL | | 38. LOCALIZAÇÃO | |
| | | <input type="checkbox"/> ex-situ | Latitude |
| | | <input type="checkbox"/> in-situ | (GG-MM-SS) |
| | | Longitude | (GG-MM-SS) |
| | | | |
| Bloco 6. ESTRUTURAS DE CONTENÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL | | | |
| 39. HÁ ESTRUTURA DE CONTENÇÃO? | | <input type="checkbox"/> Sim / Especificar: <input type="checkbox"/> Não | |
| 40. HÁ SIST. DE MONITORAMENTO? | | <input type="checkbox"/> Sim / Especificar: <input type="checkbox"/> Não | |
| 41. HÁ PLANO DE EMERGÊNCIA? | | <input type="checkbox"/> Sim / Especificar: <input type="checkbox"/> Não | |
| 42. HÁ MEDIDAS DE REMEDIAÇÃO EM ANDAMENTO? | | <input type="checkbox"/> Sim / Especificar: <input type="checkbox"/> Não | |
| 43. SITUAÇÃO DO LICENC. AMBIENTAL | | <input type="checkbox"/> Licenciado: <input type="checkbox"/> Licença Prévia | |
| | | <input type="checkbox"/> Licença de Instalação | |
| | | <input type="checkbox"/> Licença de Operação | |
| <input type="checkbox"/> Não Licenciado | | | |
| Bloco 7. OBSERVAÇÕES GERAIS | | | |
| 44. FONTE DE INFORMAÇÕES | | | |
| 45. OUTRAS OBSERVAÇÕES | | | |

Formulário 5. Histórico de Ocorrência de Acidentes

| Bloco 1. DADOS GERAIS | | | |
|--|--------------------------|---|---------------------------|
| 1. UNIDADE FEDERATIVA | | | |
| 2. MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO | | | |
| 3. BACIA HIDROGRÁFICA | | | |
| 4. LOCAL | | <input type="checkbox"/> Sede / filial de empresa <input type="checkbox"/> Transporte <input type="checkbox"/> Outros - Especificar: | |
| 5. ATIVIDADE | | | |
| 6. TIPOLOGIA | | | |
| 7. NOME DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELO ACIDENTE | | | |
| Bloco 2. CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO OU RESÍDUO QUÍMICO ENVOLVIDO | | | |
| 8. NOME DO PRODUTO OU RESÍDUO | | | |
| 9. NÚMERO DA ONU OU CÓDIGO DO RESÍDUO | | | |
| 10. CLASSE DO RESÍDUO | | <input type="checkbox"/> Perigoso / Classe I <input type="checkbox"/> Não Inerte / Classe II-A <input type="checkbox"/> Inerte / Classe II-B | |
| 11. QUANTIDADE VAZADA | | 12. UNIDADE | |
| | | | |
| Bloco 3. CARACTERIZAÇÃO DO ACIDENTE | | | |
| 13. LOCALIZAÇÃO (coord. geográficas) | | 14. DATA DE OCORRÊNCIA | 15. HORÁRIO DE OCORRÊNCIA |
| Latitude | Longitude | | |
| (GG:MM:SS) | (GG:MM:SS) | (DD/MM/AAAA) | (HH:MM) |
| 16. ENTIDADES ENVOLVIDAS NA OCORRÊNCIA | | | |
| | | | |
| 17. DESCRIÇÃO | | | |
| | | | |
| Bloco 4. CARACTERIZAÇÃO DOS DANOS PROVOCADOS PELO ACIDENTE | | | |
| 18. SÍTIOS FRÁGEIS/VULNERÁVEIS AFETADOS | | | |
| 19. VÍTIMAS | | | |
| Vítimas | Pelo Acidente | Pelo Produto | |
| Feridas | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| Óbitos | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | |
| 20. CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL | | | |
| <input type="checkbox"/> Ar - <input type="checkbox"/> Água - <input type="checkbox"/> Solo - <input type="checkbox"/> Fauna - <input type="checkbox"/> Flora - <input type="checkbox"/> Não houve contaminação <input type="checkbox"/> Outra - Especificar: | | | |
| Bloco 5. OBSERVAÇÕES GERAIS | | | |
| 21. FONTE DE INFORMAÇÕES | | | |
| 22. OUTRAS OBSERVAÇÕES | | | |
| | | | |

REALIZAÇÃO

CPRH
Agência
Estadual de
Meio Ambiente



APOIO

Ministério do
Meio Ambiente



PATROCÍNIO

PROGRAMA
PETROBRAS
DESENVOLVIMENTO
& CIDADANIA

